

ENTRE NILCE, A PROSTITUTA, E ISABEL, A PRINCESA. SOBRE REDES, RELAÇÕES E ARCABOUÇOS LIBERTÁRIOS.

José Miguel Nieto Olivar¹

Nilce, a prostituta; Isabel, a princesa.

- Tu levaste paulada da polícia?

- Eu sempre fui meio comportada... Então eu sempre deixava meio pra lá. Porque é engraçado, mas eu sempre tive uma coisa de pensar no amanhã. Eu lembro que eu pensava assim, quando via aquela violência da polícia chegando e nós tinha que correr porque senão nos pegava e levavam a gente e coisa e tal, eu pensava: 'tudo bem, eu vou correr', só que eu nunca revidava nada... 'Se me pegou me pegou', e tudo bem, eu ia lá. Eu pensava assim: 'Pô, se a Princesa Isabel conseguiu libertar os escravos, isso um dia também vai parar.' (...) Eu não sabia nem como, nem por que, nem quando, mas nesse momento eu já pensava isso. (...) 'Isso um dia também vai ser coisa do passado...' Eu pensava: 'não, mas eu não vou bater boca com eles. Pra quê, se eles são a força armada do momento, e por trás deles tinha alguém que mandava, e eles estão obedecendo ordens...' Até que um dia foi que eu fui escolhida para ir dentro do quartel pra falar isso... Uhhh... foi o melhor dia da minha vida.

(...)

Um dia antes disso tinha dado uma paulera, sabe? – Continua a Nilce. Pegaram as mulheres, quebraram a pau, bateram... Teve uma que quebraram a bacia dela, assim, sabe? E eu tinha sido algemada no banco... Ahhh, assim, fizeram horrores, fizeram um monte. Aí já tinha acontecido aquilo da Ilha, da Soila, sabe? Algumas foram estupradas, e tudo aquilo eu já sabia... E daí ela me convidou pra ir lá. Mas chegando lá, aí estava o Tenente, ou Coronel ou sei lá, o grandão lá dentro do quartel, o que manda, o que dá ordens... E tem doze brigadianos sentados assim... doze. É que aqueles era sobre quem a reclamação era maior, porque eles eram os mais violentos... (...) Lá foi o Tenente ou o Coronel... o que manda lá, e sentou com a Maitê, que era a que levava as denúncias. E daí, ahh... [profunda satisfação] aqueles doze que estavam aí eu sabia um a um o que eles tinham feito. Quando chegou a minha vez de falar, e o Coronel me disse que tipo de relato eu poderia dar e se tinha algum aí que eu reconhecia, aiiii... [sorriso e aspiração funda no cigarro] Bom, eu vou começar... [solta a fumaça devagar] Claro, eu estava segura, né? Aí do lado de uma chefa dos Direitos Humanos... agora vocês vão ouvir, pensei...

Onze tinham feito coisas, mas tinha um, que era um miudinho, que até sabia de cor o número da minha identidade, mas ele nunca me insultou ou disse coisas e tal... Mas quando ele ia com os outros, ele dizia 'não, essa alemoa não faz nada, essa alemoa é de boa paz'. E ele estava junto... Mas ele ficou tremendo porque com as outras ele tinha brigado já.

Daí eu comecei. 'Esse senhor lá, o soldado tal (aí eu dizia o nome, porque estavam todos de crachá), hoje ele tá com o nome dele no uniforme, mas geralmente ele não tá com o nome dele. Mas eu sei o nome dele. O senhor lembra tal e tal dia, que o senhor pegou fulana e fulana e fez isso, isso e isso? Tô mentindo? Não, né? Lembra o que aconteceu?' 'É, lembro'. Tinha um que tinha me dado um "telefone" no ouvido. 'Lembra de tal dia que chegou por trás de mim e me deu de "telefone" no ouvido que quase me deixou surda?' [Telefone é aquele golpe de mão aberta no ouvido]. Aí falei pra outro. 'Lembra... que não pode ter esquecido porque foi ontem, que tu me algemou no banco da Praça?' E aí fui relatando um a um. Aí do

¹ Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

pequenininho aquele eu disse assim: 'sabe repetir o número da minha identidade?' E o Coronel, como assim??? (...)

Quando terminei, olhei pro Coronel e disse: 'E se tiver alguma dessas coisas que não tenha acontecido, se quiser me processar pode me processar, que eu não tenho que estar mentindo aqui. E se o senhor não acredita que isso esteja acontecendo, é só ficar no shopping ali e observar o que eles estão fazendo lá dentro da Praça... deles pegar pessoas, tanto mulher ou homem, levar pro banheiro público e a pessoa sair de lá toda mijada, vamos dizer, pra falar um português correto, de tanto pau que eles dão na pessoa, de tanto que eles batem. A pessoa fica deformada. Tem uma que hoje está no Pronto Socorro, porque eles quebraram a bacia dela'. Daí foram investigar e era mesmo, a guria tava lá. Ela ficou com um defeito e depois faleceu. Então não eram denúncias vazias, sabe? Estar ali e fazer isso [a denuncia um-a-um]... Ahhh, aquilo foi muito bom, parece que não era real!

Entre as pauladas da polícia e a TV Xuxa; entre cafetões e ficantes

Iniciar este capítulo na voz da Nilce nos coloca num lugar privilegiado para aproximarmos-nos ao universo complexo que configura a prostituição de rua numa cidade como Porto Alegre. Trata-se de uma cena que teria acontecido no ano de 1989, protagonizada por ela, então moça sem trinta anos, prostituta de rua vinda do interior do estado. A cena é importante, entre outras coisas, porque é um desses instantes icônicos que servem para imaginar um momento histórico: a redução da violência contra as prostitutas, o início do movimento organizado delas, a transição entre modelos de organizar esse trabalho.²

Nos anos 80, em Porto Alegre, a prostituição de baixa renda era largamente uma prática que acontecia na luz pública, com foco em algumas ruas, esquinas e praças da região central da cidade. As narrativas falam de centenas de mulheres distribuídas em ruas como a Voluntários da Pátria, a Dr. Flores, a General Genuíno, a Garibaldi, a Av. Farrapos, entre outras, e em praças como a Dom Feliciano e a Praça da Alfândega. Essa última, lugar privilegiado por Nilce, desde aqueles anos até hoje, para encontrar amigas e amigos, pensar na vida, encontrar as filhas na saída do trabalho, tomar café, receber o sol no inverno gaúcho e, também, para trabalhar.

² Nilce é uma das quatro protagonistas da minha tese de doutorado em antropologia social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). São elas, Nilce, Dete, Soila e Janete. No momento do trabalho de campo elas constituíam a equipe de base do Núcleo de Estudos da Prostituição (associação gaúcha de prostitutas-NEP), junto com algumas voluntárias não prostitutas. A relação Nilce-Dete era a única que transcendia no cotidiano, na amizade, as labores da ONG. Soila estava ainda ingressando. A totalidade de dados e a lógica analítica desse artigo provêm da tese (Olivar, 2010), que me absterei de citar recorrentemente. Não se trata de um capítulo transformado em artigo, mas de um novo quebra-cabeças com alguns dados, na busca por intensificar a minha reflexão sobre relações, redes e transformações.

Segundo se ressalta nas trajetórias de vida levantadas na pesquisa, essa prostituição era organizada a partir de complexas relações de parentesco (conjugalidade e consangüinidade horizontal) e de alianças diversas (afinidade). Entre o final dos anos 70 e os inícios dos anos 80, as quatro mulheres que compõem o campo principal da tese largaram núcleos familiares de origem para aventurar-se no centro da cidade em busca de melhores condições, de novas relações e de projetos de vida alternativos. Não existem nas quatro mulheres narrativas causais de miséria econômica, consumo de drogas, abandono ou violência doméstica. Era uma época de forte migração para Porto Alegre (Jardim, 2005; Pesavento, 1991), e as jovens buscavam liberdades maiores e formas de “se virar”. Nilce tinha duas filhas, anteriores à prostituição, que ficaram sob o cuidado de parentes próximos no interior.

No centro da cidade só a Dete (grande amiga da Nilce) tinha uma familiar envolvida na prostituição. Sua irmã sugeriu-lhe fazer programa com um *véio* que estava interessado. Ela o conhecia: era decente e pagava bem. Depois de uns dias, Dete aceitou e descobriu que a sua irmã tinha razão. O dinheiro dos vinte minutos foi equivalente ao salário de uma semana de desgastante faxina. Sua irmã, se alguém estivesse interessado, poderia ser processada por “mediação para satisfazer a lascívia de outrem” e por “favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual”, segundo os Artigos 227 e 228 do Código Penal. E se alguém quisesse ser ainda mais perverso e intolerante, poderia até fazer uma armadilha retórica para tentar demonstrar que a Dete teria sido vítima de tráfico interno (CP: artigo 241).

A outra que tinha família no Centro no momento da chegada era a Soila, mas a sua prima não participava ativamente na prostituição.

Assim sendo, ao pouco tempo de chegarem à cidade, todas estavam namorando os homens que, alguns dias ou meses depois, se converteriam nos seus maridos. Cafetões, gigolôs, vagabundos, para usar a terminologia delas. Alguns deles, segundo a lógica do campo, maridos/chefes. Até hoje a Janete dirá que o seu, o charmoso Alemão, nunca foi cafetão: apenas vagabundo. Esses homens, de quem se dizia que “eram homens de verdade”, comandavam inteiramente o negócio a partir da manipulação muito eficaz da dialética da ameaça/segurança. O discurso básico, numa simplória redução nos limites do artigo, é que para elas trabalharem tranqüilas, devido a um suposto complexo de violência que as ameaçava (a polícia, os clientes, as colegas-feras-selvagens), precisava-se a presença vigilante de um homem de absoluta confiança. O que não se dizia é que o principal vetor de violência eram eles mesmos, como hoje lhes

é evidente. Por outro lado, esses homens, com quem se teciam fundas relações de amor, companheirismo, desejo e produção, materializavam a promessa da família conjugal, do sucesso econômico, do amor, da prostituição (em oposição imagética à vadiagem e à putaria). Da cidade possível.

A lógica é mais ou menos a seguinte. Sendo esposas, essas mulheres se faziam prostitutas, trabalhadoras decentes e disciplinadas, engajadas numa família e num projeto laboral coletivo que garantia melhor vida para elas e os seus filhos. Mantinham-se à margem da imagem da prostituta marginal, vagabunda e solitária que, ao parecer, seria dominante até uns anos atrás (Rago, 1985). Sendo prostitutas, e só assim, faziam-se esposas daqueles homens, parte daqueles grupos. Uma forma de desprezar, por exemplo, uma colega, era chamá-la de “boia” (amante) ou denunciar que estava tirando clientes de outras que tinham filhos. Articular a desculpa dos filhos era (e é) muito freqüente para reduzir as dúvidas sobre a moralidade da mulher e do ofício.

A prostituta-esposa (e mãe) era a figura-chave naqueles tempos, e elas corporificavam um sistema de limites e transformações práticas/morais que garantiam a conjugalidade e a formalidade laboral. O “programa”, por exemplo, era conceitualizado, vivenciado, produzido, em geral, como uma prática corporal laboral não sexual. O cliente, idealmente, deveria ser um “trouxa”, uma não-agência, um não-homem, com quem o contato “íntimo” não era sexual e, por tanto, não colocaria em risco a conjugalidade (monoândrica)³.

Pelo seu lado, os maridos tinham a possibilidade de se inserir numa lógica poligínica e poligâmica, que aumentava o lucro e o sucesso do empreendimento familiar. Muitos deles tinham mais do que uma esposa e várias “boias”, todas necessariamente inseridas no mercado da prostituição. Em alguns casos, se juntavam primas, irmãs e irmãos, configurando redes extensas de parentesco geridas para intensificar o lucro e a segurança. A produtividade, a violência, a dialética da ameaça/segurança, e uma lógica vertical, assimétrica androcentrada se transformaram aos poucos nas formas principais de gestão dessas relações, deslocando para trás (na memória, na hierarquia) o amor, o desejo e a amizade que esteve na origem.

Nem todos os homens e nem todos os casais/grupos estabeleceram a mesma forma dentro dessa lógica. O modelo, construído como exemplar, foi o de famoso Buda. Um importante cafetão da Rua Voluntários da Pátria, ex-delegado da Polícia Civil,

³ Ver Olivar, 2009.

sobre quem recaíram diversas acusações (Tedesco, 2008). No nosso pequeno recorte de mergulho, o caso narrado como exemplo de cafetão, de “verdadeiro cafetão”, foi o Mimoso, marido da Soila, quem consolidou uma rede extensa e complexa, altíssimos lucros e exerceu violências brutais contra diversos atores. Soila era uma das duas, três ou quatro mulheres/esposas dele. O grupo mudava constantemente mantendo um mesmo centro (Mimoso) e consolidando um núcleo-motor: Mimoso, Soila e Renata. Com uma diferença de idade de mais de dez anos e uma lógica de dominação que incluiu torturas, insultos, encerros, proibições e escuras alianças com policiais, Mimoso operava um controle intenso e fechado sobre a cotidianidade, o trabalho e o corpo das suas mulheres. Além delas, teve inúmeras “boias” que lhe rendiam importantes lucros ao sistema familiar/productivo e prazeres sexuais ao Mimoso. Entre elas, algumas familiares (irmãs, sobrinhas) das suas mulheres. Não é casual que para Soila tenha sido extremamente difícil sair desse círculo, aprender a vê-lo de outro lugar, e que até hoje o aposentado Mimoso a procure nos cantos do Centro para dizer-lhe que sem ela não é igual.

O Alemão da Janete, por exemplo, bem-amado companheiro até depois de morto, não teve mais esposas além dela e não se inseria no padrão do cafetão produtivista e bom administrador. Insistirá sempre ela que, ainda próximo do Buda, e ainda que morando no Hotel Aliado (centro do negócio do mítico personagem), seus *serviços* eram apenas de manutenção imobiliária. Janete e o Alemão bebiam, viajavam, gastavam o dinheiro e se amavam entre lençóis horas sem fim. O Alemão, vagabundo, não vivia do trabalho dela, mas, além do “serviço”, fazia “jogo da bolinha”, “171”. Contudo, a linha de violência física e a assimetria da relação, dessa vez intensamente erotizada, favoreciam o poder do marido. Romântica, verborrágica, hiper-performática e de ácido bom humor, até hoje ela lembra cheia de saudades os tapas e as *comidas* gostosas que recheavam de felicidade os dias com ele.

Começando seus dias na prostituição, ou talvez antes (quem poderia lembrar!), Dete conheceu um moço, motorista de Kombi, com quem começou a namorar. Rapidamente foram morar juntos e a família se configurou. Sem filhos, ela trabalhava horas a fio na Praça da Alfândega e, com a saia uns centímetros mais acima na coxa, na Rua Voluntários. Júnior e Dete, e Marcelo e Nilce, moraram juntos alguns meses e construía em fino tecido o projeto da juventude e da prostituição. Juntos se cuidavam das polícias, brigavam entre si e bebiam em noitadas amorosas. Júnior, talvez inspirado no Marcelo, queria mais uma ou duas “boias”, mas Dete nunca permitiu. Ele apanhava

dela, e foi quando o avarento quis levar uma “boia” morar na mesma casa que a nossa querida Dete explodiu e largou.

O Marcelo, marido da Nilce, até tentou seguir os doces caminhos oferecidos pelas possibilidades/obrigações de um cafetão “de verdade”, mas parece ter encontrado uma parede inamovível. Conta a Nilce que foi ela quem botou o Marcelo “na vida”, ou que, amenizando, entraram juntos. Eles tinham aproximadamente a mesma idade e nenhuma experiência concreta no campo. Marcelo começou a controlar o dinheiro de Nilce e rapidamente conseguiu mais duas mulheres que levou a morar junto. Passaram alguns anos. A violência reverberava em casa, mas o caminho era, se não multidirecional, no mínimo de mão dupla. Conta Nilce que apanhou muito do Marcelo e que ele também “se fudeu” muito com ela. Porém, quiçá Nilce, depois de aprender que podia colocar a polícia (o grande inimigo) como cachorrinho embaixo da sua banca na praça, não estava disposta a ficar mais naquele modelo de família/trabalho. Dividir seu homem, seu projeto e seu dinheiro com outras duas esposas, assim como construir um projeto amoroso mediado pela violência física gerava-lhe grande insatisfação.

Alguns meses depois da cena de denúncia antes narrada, e depois de muitas dificuldades, Nilce largou o Marcelo (e a Preta e a Margarite) e se juntou com “O Finado Pedro”, cabeleireiro do centro, cliente esporádico de algumas amigas (nunca dela: razão de intriga e sedução), sem nenhum interesse em participar, controlar ou intervir no negócio sexual dela. Primeiro uma e depois a outra, as duas filhas vieram do interior e se juntaram ao novo núcleo familiar. A transformação não era pouca, pois agora Nilce administrava seu trabalho com absoluta autonomia e estava inserida num relacionamento amoroso e familiar que não girava em torno do “programa” nem da violência. A prostituição se transformava para ela, “simplesmente”, em um trabalho.

Mas, as transformações nas redes, como bem o antecipava Whyte (2005), implicam a transformação do mundo ao redor⁴. Durante os anos 80, e segundo a Janete também no final dos anos 70, a violência policial em Porto Alegre contra prostitutas, travestis, moradores de rua e usuários de drogas foi brutal e cotidiana. Todas as mulheres e travestis dessa geração com quem falei, e que se prostituíam na região

⁴ Whyte (2005) usa a lógica da contextualização, das causas sociais, na qual as redes respondem às modificações macro-sociais (migração, economia, culturas nacionais...). Latour (2008), na proposta da ANT, entenderá, numa lógica próxima das propostas de Roy Wagner e Marilyn Strathern, não só que o agente já é uma rede, mas que essa condição de agente-rede é análoga (dirá a Strathern) à de “contexto social”. Latour tentará ir contra a idéia de contexto social como causa explicativa (o que certamente Whyte não faz, pois no seu excelente trabalho detalha as conexões e relações entre idéias, pessoas, santos, nações...), a partir da necessidade de explicar rigorosamente as transformações e as conexões das redes que os “atores” sugerem.

central da cidade, foram vítimas dessas ações policiais. Desde detenções arbitrárias até estupros, seqüestros e torturas sádicas. A prática do PP (“pedágio polícia”, segundo algumas), consistia em que os maridos/cafetões pagavam regularmente para a polícia, especialmente a Polícia Civil (“os ratos”), um valor que era acertado e mais ou menos fixo: se não as mulheres iriam presas por “vadiagem” (no marco do Código de Costumes) e eles processados por “rufianismo” (Código Penal). Em muitos casos, a prisão antecedia o pagamento, que só funcionava como fiança para a mulher sair (e ser presa algumas horas ou dias depois). A intensidade dessa violência variava.

Com o fim formal da ditadura, em Porto Alegre a prática de governo armado foi se desmontando aos poucos, e discursos, redes e movimentos sociais em prol dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores e dos direitos das mulheres foram surgindo. O clima da política local mudava, abriam-se espaços para novos sujeitos, para novos pontos de vista. A Brigada Militar (nome gaúcho da Polícia Militar), segundo parece nos relatos das mulheres, assumiu suas funções de policiamento ostensivo e, com o fim das Delegacias de Costumes, deslocou “os ratos” da cena principal da repressão contra elas.

Nesse momento todo de mudanças, enquanto a Nilce convocava à Princesa Isabel, Gabriela Leite e outras prostitutas militantes do Brasil fundaram a Rede Brasileira de Prostitutas. Em 1987 teve lugar o I Encontro Nacional de Prostitutas, na cidade do Rio de Janeiro, evento em que se articularam pela primeira vez na história do país as reivindicações legais de dezenas de prostitutas de diversas regiões. Esse evento era o resultado de um processo protagonizado por Gabriela - uma prostituta e intelectual paulistana, junto com colegas e amigas como Lourdes Barreto, de Belém - de viajar pelo país conversando com outras prostitutas, lideranças sociais e políticos tentando articular uma movimentação conjunta. Conta a Gabriela que grande parte desse trabalho foi facilitado pela realização de *programas* durante as viagens e depois das reuniões políticas ou pelo recebimento de “ajudas”. O fato é que, no Encontro de 1987 estava presente Tina.

No⁵ ano de 89, Tina, uma mulher nascida e criada no interior do Estado do Rio Grande do Sul, morando em Porto Alegre há 12 anos, já casada com Glênio, um sacerdote anglicano que fazia parte da MUR (Missão Urbana e Rural do Conselho Mundial de Igrejas), dá início à futura Associação Gaúcha de Prostitutas. Glênio já conhecia a Gabriela de um encontro da MUR, e lhe pediu para convidar a Tina para o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro em 1987. Tina é técnica de laboratório e na época funcionária pública trabalhando no Laboratório

⁵ O texto em cursiva foi revisado e re-escrito pela Tina. Como sempre, muito obrigado.

do Tribunal de Justiça. No Rio conheceu a Gabriela, a Lourdes Barreto, de Belém, e outras importantes lideranças prostitutas que, desde alguns anos atrás, vinham sonhando o movimento.

De volta a Porto Alegre, Tina começou a fazer seus primeiros contatos, pois não existia nada de trabalho social em Porto Alegre com prostitutas. A pedido da Tina, Gerson, fundador do GAPA-RS, ajudou a mapear as zonas de prostituição para então iniciar este trabalho⁶. Tratava-se de um exercício inicial de distribuição de camisinhas e de uma tentativa pouco frutífera de organização das mulheres prostitutas ao redor da luta contra a AIDS. Teve apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Gabriela Leite, fundadora do movimento brasileiro de prostitutas que por aquele tempo trabalhava no ISER (Instituto de Estudos da Religião). Para Tina o assunto era AIDS e camisinha, mas para elas a dor era outra. Ela entregava camisinhas, fazia seu “trabalho de campo”, nos diversos territórios de prostituição, sorria, perguntava pelos filhos e pelo trabalho, e deixava à disposição das mulheres seu número de telefone para quando elas quisessem se reunir e conversar. Mas a ligação nunca chegava.

Uma noite, finalmente, o telefone tocou. Era a Lúcia, prostituta das praças da Alfândega e Dom Feliciano, hoje importante liderança local e nacional. “Você quer mesmo ajudar? Quer que as mulheres escutem você? Então é agora.” Lúcia, também corpo feito na violência de policiais e cafetões, cansou-se e decidiu agir. Muitas mulheres estavam sendo presas e torturadas. Ela pedia um advogado urgentemente, pedia para Tina mostrar sua boa vontade tirando-as, agora, do Palácio da Polícia, do Quartel da Brigada. “O assunto não era a AIDS, era a violência que a gente sofria”, lembra a Lúcia. Tina conseguiu mobilizar o Conselho Estadual de Direitos da Mulher, alguns vereadores, deputados e “os Direitos Humanos” e, depois do evento da denúncia, do melhor dia da vida da Nilce, as mulheres começaram a retribuir com sorrisos, atenção e credibilidade. Então surge a Associação de Prostitutas, hoje NEP.

Foi então que no ano de 1989 o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) nasceu como uma “associação gaúcha de prostitutas”. Na base dessa articulação, uma rede de amizades e de coalizões principalmente femininas que visava transformar a vida das prostitutas na cidade. Como os inimigos imediatos e urgentes eram a polícia e a AIDS, e não os maridos ou idéias circulantes de família ou de gênero, esses últimos foram aliados importantes na constituição e na eficácia política das redes. Prostitutas aliadas com esposas de pastores, com jovens feministas e com advogadas de direitos humanos, quebrando a aliança sagrada prostituição/violência. Prostitutas reivindicando-se mães, esposas “decentes”, trabalhadoras respeitadas – cidadãs - para deslocar o foco da intolerância social: intolerância já não contra elas, mas contra as violências contra elas exercidas.

No cotidiano, o NEP se produzia a partir de alianças táticas, de (des)confianças e da apropriação das potencialidades do outro ao tempo que a diferença se reafirmava⁷.

⁶ Entre o GAPA-RS e o NEP se formou naquela época uma controvérsia intensa por, entre outras coisas, o uso do nome Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP). Existem tensões dirigidas de lado e lado do conflito.

⁷ Parece-me que essa lógica de tecido de relações, mas baseada em alianças temporárias, em permanentes conflitos, em conjunções táticas (e não na união, na fraternidade...) é mais ou menos presente na organização política das prostitutas no Brasil, nos seus grupos e redes. Trata-se do “confiar desconfiando” que uma experiente prostituta nordestina expôs no IV Encontro Nacional da RBP em 2008 (Olivar, 2010).

Muitas das mulheres hoje próximas do NEP contam que no início não confiavam na Tina. Na lógica do campo era um sujeito estranho e até perigoso, pois era impensável que ela oferecesse ajuda sem querer tirar vantagem (econômica) delas. Além de tudo, como ela mesma lembra, não conseguia compreender nem as complexidades do campo nem as necessidades prioritárias das mulheres. Mas é rapidamente lida como uma aliada, talvez temporária. Lúcia, brava prostituta da Praça Dom Feliciano, apropriada à Tina para o ponto que é mais sensível e urgente na sua agenda política (violência e extorsão). Se a “mulher do pastor” queria atenção, tinha primeiro que se mostrar aliada na guerra nativa. Aos poucos, Tina foi transformada em (quase) uma delas. Foi incorporada aos círculos de sociabilidade, às intimidades familiares, aos rituais cotidianos do trabalho. Uma presença constante e disponível construiu uma relação que ainda hoje é visível na eficácia que a Tina tem em certos círculos da prostituição do centro de Porto Alegre. Porém, quem preda, ensina-nos a etnologia, é sempre um pouco predado (Viveiros de Castro, 2002; Fausto, 2000)⁸.

O movimento em Porto Alegre tem a marca da Tina: recursos (e discursos) do Conselho Mundial de Igrejas, e a AIDS, que aparece insistentemente como o grande campo de alianças e financiamentos. Discursos (e recursos) que são atualizados na lógica conceitual do grupo. Nenhum tipo de evangelização ou resgate é hoje admitido. E Tina não é simplesmente ela, mas é um símbolo interessante de trânsitos, ambigüidades, possibilidades e transtornos disso que elas chamam “a sociedade”. Tina é a esposa de alguém, não é prostituta, é mulher de padre, profissional de roupas sempre chiques e empresas rentáveis; Tina é a boa disposição que se espera, a transformação do preconceito pelo conhecimento direto, a mediação corporificada entre os mundos da tradição dominante, da lei e das ruas prostitutas.

Por sua vez, Lúcia converteu-se quase na filha pródiga da Tina, num processo de aparentamento crescente e sempre intranquilo. Ela é a mais influente liderança do sul do Brasil e uma das mais respeitadas do país. Estudou uma carreira profissional e recentemente terminou uma especialização em Direitos Humanos. Sua relação com a Tina e o marido desta é de absoluta familiaridade (até o ponto de falar-se que ela é quase uma filha). Ela é o caso exemplar, e, portanto de quem mais se exige na organização. Grande parte da ação do NEP depende dela.

⁸ No procedimento analítico usado na tese, a produção do parentesco e as noções nativas de comida, caça, batalha (entre outras), me levaram a conhecer e aproveitar alguns elementos da lógica da “predação” muito presente na etnologia brasileira (Olivar, 2009 e Olivar, 2010).

Porém, assim como a Tina, que se esforça em lembrar-nos que ela nunca foi prostituta, e que pertence a outra classe e a outras formas de família, também Lúcia (e Nilce e Janete e Soila e Dete e muitas outras) se esforça em lembrar-nos que são elas as putas, que “batalham” na rua e “caçam” homens e os devoram nos quatinhos de hotel como nos últimos vinte e cinco ou trinta anos. Lembram-nos desses corpos feitos na rua; próximos de “mão-grandes”, policiais, “travecas” e “malandros”, conhecedores das violências, das prisões, do trabalho e das liberdades intensas. Que também são mães ou não, esposas ou não. Sempre nos lembram que elas rasgaram a cara dos seus cafetões e que indicaram um a um os policiais abusivos. Mesmo que aliadas e mutuamente aparentadas, o Outro, será sempre outro: afim-aliado é afim-inimigo. O estrangeiro, nunca será “nós”. Pura potência.

Contudo, as relações, para imaginar alguma mudança possível, vão muito além da esquina, da cidade, do país, e da vinculação “saúde, cidadania e auto-estima”.⁹

O NEP nasce articulado com a Rede Brasileira que, por sua vez, tem desde o início inspiração e relações de fato (via Gabriela Leite) com lideranças e organizações de outros países. Fazendo parte da RBP, e em relação próxima com outras organizações de direitos humanos, o NEP liderou desde então a defesa (gestão, criação) dos direitos das profissionais do sexo no estado¹⁰. Essa rede instável de organizações e movimentações, conectada também, de maneira ainda mais difícil¹¹, com partidos políticos, funcionários e instituições públicas, artistas, intelectuais, trabalhadoras desorganizadas, acadêmicos, novas formas legais (Constituição de 88), doenças e idéias agora disponíveis - referentes ao gênero, ao trabalho, à sexualidade -, permite à prostituição mudar seus universos de referência. O feminismo, mais como uma movimentação capilar do que como uma rede de pessoas específicas -como uma suspeita, um sussurro-, transformou-se em um aliado fundamental, já que estimulou a imaginação específica sobre os corpos e as relações dessas mulheres. A prostituição que se gestava permitiu ao mundo e a si próprias novas perspectivas para se imaginar: perguntas, questões e janelas foram abertas em diversos setores pelo conhecimento próximo da prostituição (Correa e Olivar, 2010), como preverá Guattari no alvorecer dos anos 80, quando essa movimentação nascera na França (Guattari, 1981).

⁹ “Saúde, cidadania, auto-estima” é o slogan do NEP.

¹⁰ Nesse artigo não me detenho a observar mais detalhadamente as alianças políticas do NEP nem da RBP, assim como tampouco as transformações nas políticas brasileiras na prostituição.

¹¹ Porque as lógicas, os tempos, os corpos, as performances, as linguagens são outras; às vezes dramaticamente distantes.

Finalmente, sem que ocupasse necessariamente um lugar verbalizado, político e confessional, a obrigação conjugal e o modelo de cafetinagem familiarista foram colocados em crise. Dispositivos mais próximos ao da sexualidade, no seu sentido foucaultiano (1988); formas mais “modernas” - repetirão alguns até o cansaço - de sexualidade, de produção, de fazer o gênero e de prostituição, começariam a dominar a cena social nos anos posteriores ao final da ditadura.

No percurso dos anos noventa, Dete e Janete, por diferentes razões, também ficaram sem seus maridos/gigolôs, e no ano 2003 a Soila fugiu do Mimoso. Pelo que parece esse movimento foi generalizado em muitas das colegas dessas quatro mulheres. A repressão policial, que só acabaria (digamos...) por volta do ano 93 ou 94, conseguia tirar às prostitutas da rua, num movimento de “limpeza” de territórios associado com alguma certa modernidade democrática. Começava uma época no Brasil e em quase toda América Latina, em que cidades como Porto Alegre se abriam para os olhos (e os investidores) do mundo. A vida quase-carnavalesca (no sentido mais bakhtiniano da idéia (Bakhtin, 2008)) de ruas como a Voluntários da Pátria entre as esquinas da Conceição e da Garibaldi, com a florida participação das polícias, imagino, seria insustentável em tal projeto de modernidade democrática. Assim mesmo, no início dos anos noventa, e quiçá com a crise de negociações entre cafetões e polícias, os primeiros foram objeto de uma perseguição judicial e criminalística que acabou com a prisão, e posterior morte, do Buda no ano 1994¹².

Com a “limpeza” da rua pública cresceu a concentração da prostituição feminina em espaços privados, fechados, como “casas, salas, boates, bordéis e *drink-bars*”¹³. Mimoso, o marido da Soila, abriu algumas boates. Durante os anos 1990 e 2000 floresceram dezenas de pequenas “salas de prostituição” na região central da cidade. Cada uma delas alberga um número reduzido de prostitutas que oferece seus serviços fora do espetáculo público, porta a porta, com escritórios de advocacia, búzios, corte de

¹² O discurso contra a “prostituição de meninas” teve grande brilho naqueles anos e, como até hoje acontece, favorecia o clima simbólico para os ataques contra prostitutas, seus maridos e seus sistemas de vida. Por outro lado, é importante ressaltar, seguindo as análises de Comaroff e Comaroff (2006), que a instauração da democracia nas pós-colônias precisou de avançadas contundentes de violência estatal.

¹³ Porém, em algumas ruas, em praças, esquinas e avenidas, no Mercado Público e em largos e parques na beira do Guaíba, continuamos acompanhando a presença teimosa de mulheres prostitutas e as suas redes polimórficas. Se olharmos para o final da década de 90, veremos a Nilce e a Dete conversando sobre sua banca na Praça da Alfândega. Igual que na tarde de hoje. Sem cafetão, agente, gerente, explorador e nem marido nenhum (os dois segundos maridos morreram no final da década). Sem nenhuma tolerância a qualquer assomo de autoritarismo sobre elas.

cabelo e maquiagem, entre outros muitos negócios. São micro-territórios de fluxo rápido, destinados fundamentalmente à espera por clientes, à socialização privada feminina e a realização de “programas” rápidos. A maioria dessas salas são auto-reguladas pelas prostitutas que as arrendaram e que ali trabalham. Diferentemente desses, as “casas, boates e *drink-bares*” são espaços maiores, de intensa sociabilidade masculina, espaços de estar. Oferecem uma infraestrutura de entretenimento, venda e consumo de álcool e som alto. São administrados, em geral, por pessoas diferentes das prostitutas que ali oferecem seus serviços. Nesse conjunto amplíssimo existe uma enorme variedade. A prestação de serviços sexuais em espaços privados, fechados e adequados de maneiras diversas para tal fim, junto com as *call girls*, constitui o principal formato desse mercado na atualidade.

Essa privatização misturada com a inexistência legal do mercado, da indústria, do trabalho sexual (na medida em que se bem o fato da prostituição de si é legal, mas a manutenção de casas, agentes, empresários é ilegal) tem o efeito de retirar duplamente da *res pública* a questão da prostituição. Não existe nos códigos e políticas (porque neles e nelas é questão de polícia ostensiva, apenas) e não existe na visibilidade cotidiana dos gestores e cidadãos (que só a enxergam quando penetram tijolos, porteiros, elevadores e portas). Então vale a pena registrar uma diferença que, ao menos em Porto Alegre, resulta fundamental. Por um lado, existe uma forte onda de autonomização da prostituição, na qual mulheres sozinhas ou grupos delas abrem e gerem suas próprias salas; ocupam esquinas, praças ou ruas sem ninguém que as “explore” ou gerencie, ou elaboram seus nomes nos classificados do jornal. Nesses casos, isso que chamamos de privatização pode favorecer a segurança, a neutralização das violências corriqueiras, a não-exposição e a “independência”.

Por outro lado, existem organizações mais próximas à lógica industrial, “casas” maiores, gerentes, relações laborais de fato, horários, porcentagens, obediência ao patrão, regras de conduta. Nesses espaços, à margem da visão pública e da visão estatal, resta o controle, o cuidado e a administração de agentes privados que estão *a priori* fora da lei. Assim como é sabido que acontece na Vila Mimososa, no Rio de Janeiro (Simões, 2003)¹⁴, assim como a Soila conta sobre a zona de Santos, SP, nos anos 90, algumas grandes e médias “casas” em Porto Alegre instauram sistemas de segurança e repressão privados para controlar indisciplinas, furtos, entre outros. Numa próspera “casa”

¹⁴ Também Gabriela Leite, em diversas ocasiões, tem se manifestado para denunciar publicamente os abusos contra prostitutas nesta “zona” de prostituição carioca.

próxima do Mercado Público, por exemplo, o primeiro dos quartos, lateral à gerência, é usado como quarto de interrogatórios e punições físicas efetuadas pelos próprios gerentes. A vítima da vez: uma prostituta de quem se suspeitavam pequenos furtos (*shampoo*, perfumes...). Igualmente, em pesquisa realizada pela ABIA no Rio de Janeiro e Porto Alegre em 2009 (Pimenta et al, 2010), detectou-se que em espaços privados (e mais uma vez na Vila Mimosa) exige-se a apresentação de certidões de saúde, de resultados de testes de DSTs e HIV. Ação diametralmente contrária à lógica de Direitos que permeia a Constituição e o SUS. Do mesmo modo, as *casas*, em muitos casos, contratam o serviço com laboratórios privados que realizam os testes nos locais, com periodicidades variáveis entre dois e quatro meses. Não é obrigatório, dizem algumas, mas quem não fizer, ou resultar positiva, deverá abandonar o local. Regulamentação higienista no marco dos planos privados de saúde.

Jade, Manu, Fabi e a Ruiva, quando perguntadas, preferem chamar-se “garotas de programa”. Estão hoje por volta dos 30 anos de idade e fazem parte dessa geração que nasceu com os últimos anos da ditadura, com a massificação do discurso feminista e os projetos políticos de modernização democrática da cidade. Nasceram quando as outras quatro mulheres começavam a trabalhar; e, quando as outras organizavam o movimento da categoria, elas começavam a ouvir sobre a prostituição. Elas quatro nunca tiveram um cafetão. Inclusive a Ruiva, segundo deduziram em conversa com a Soila, esteve perto de ser “boia” do Mimoso.

As três primeiras moças nunca colocaram um pé na rua para se prostituir. Sua experiência, que não superava os dez anos, se deu por inteiro em salas, boates, casas e encontros marcados pelo telefone. Assim mesmo, segundo pude ir entendendo, uma parte dos seus ganhos provinha de relações sexuais/afetivas esporádicas que dificilmente poderiam ser emolduradas nos limites do “programa”, da prostituição no seu sentido mais estabelecido, mais taxonômico¹⁵. No segundo semestre de 2006, Jade e Manu trabalhavam juntas na pequena *casa* da Tia Lindinha, onde a Soila foi trabalhar depois do périplo de fuga do Mimoso. Jade era casada com um pedreiro a quem conheceu depois de ter começado a “batalhar”, que sabia da sua profissão e não a

¹⁵ Refiro então a relações de “sexo transacional”, nas quais o interesse de ganho financeiro da mulher está presente, mas não é explicitado como valor condicional da troca. Relações cujos encontros acontecem de maneiras mais “casuais” do que a abordagem da prostituta ou a busca do cliente. Relações que sugeririam interseções entre buscas eróticas, afetivas, financeiras e até matrimoniais. Ver: Piscitelli, 2009.

explorava nem lhe exigia dela sair. A posição do pedreiro foi largamente debatida pela Soila enquanto as duas esperavam pelos clientes.

Para a Soila, ou o pedreiro estava, sim, necessariamente, explorando-a, mesmo que ela não o percebesse, ou então ele não tinha nenhum resquício de amor por Jade. Se não pede para sair, dizia Soila, é porque está lucrando ou porque não se importa contigo. A Jade respondia furiosa afirmando que não era assim: ele sofria em silêncio, mas como não tinha condições financeiras de dar-lhe o quanto ela queria, não restava mais saída que segurar o ciúme e a angústia.

Parecia-me que havia um abismo no meio daquela sala. Um abismo corpóreo, conceitual, que implicava uma dificuldade enorme para se compreender. Para uma, a lógica da outra resultava totalmente estrangeira.

Jade tinha três filhos, o mais novo com o pedreiro, e seu ingresso à prostituição havia sido mediado pela Dani, sua prima, também “garota de programa” que conheci. Dela escutei pela primeira vez a idéia de “unir o útil ao agradável”. No início do meu campo, não ouvira essa frase das mulheres da geração anterior. Pouco mais de um ano depois, em dezembro de 2008, ouvira insistentemente de prostitutas balzaquianas no IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas comentários similares.

Dani afirmava que a Jade, atrás das suas palavras de boa esposa e trabalhadora que não bebia, não fumava e assistia todas as manhãs a TV Xuxa enquanto algum cliente aparecia, era uma “verdadeira puta”, que amava dar o cu e gozar com alguns clientes favoritos. Jade olhava constrangida. Já Manu, sua colega de sala no segundo semestre de 2006, não tinha maior pudor em falar de si nem em operar sobre mim uma deliciosa avançada de sedução. Manu era solteira e sempre tinha sido, começara na prostituição por indicação de algumas amigas e rapidamente aprendera a desfrutar dos ganhos diversos do trabalho. Com os financeiros ajudava no sustento da sua mãe em Porto Alegre. Viajara por vários lugares do Brasil vinculada ao mercado do sexo, trabalhando em clubes, boates, “termas” e bordéis, sempre indicada por amigas ou por conhecidas. Conhecera homens os mais diversos com quem já manteve diferentes tipos de relações.

Seu primeiro orgasmo, contou-me uma tarde, aconteceu no marco de um “programa”, em algum lugar da Bahia, logo no início da sua vida profissional. Manu afirmava com insistência a busca pelos prazeres no seu trabalho: o dinheiro, o sexo, as festas, as viagens, as novas amizades. Assim mesmo, dizia já ter mantido relações

sexuais com mulheres colegas durante as viagens ou no convívio em casas de prostituição.

(...e a Soila olhava na distância dos mundos, do outro lado do mar, quiçá com a surpresa de quem até três anos atrás vivera sob a sombra violenta do “último grande cafetão do século”. E fuma em silêncio enquanto bota o pé na água...).

Para o Natal de 2006 Manu foi-se embora para Juiz de Fora, MG, onde iria casar com um homem que tinha conhecido numa viagem de trabalho.

No NEP conheci a Fabi e a Ruiva. Moças de camadas populares distantes de condições de miséria e de problemas com o álcool, as drogas ou qualquer *cliché* do gênero. A Fabi era estudante de História numa universidade particular, tinha o Che tatuado no braço, os cabelos avermelhados, cacheados e compridos e gostava de praticar magia. Trabalhava em uma boate reconhecida da região central da cidade. A Ruiva era uma mulher alta, de cabelos até a cintura, esbelta, que fazia ponto na rua Garibaldi, histórico reduto de prostituição na cidade. Além dos ganhos da sua própria prostituição, que pelo narrado por ela e por outros eram bastantes, ela gerenciava um pequeno hotel que seu irmão tinha nessa rua, bem como os corpos das suas cunhadas, e negociava com compra e venda de carros. As duas tinham um filho pequeno e eram solteiras. Não faziam maiores buscas sexuais na prostituição; costumavam entendê-la como uma fonte prática de bons ingressos materiais.

Fabi freqüentava o NEP buscando, além de camisinhas e um papo bom com mulheres mais expedientes, a possibilidade de conversar sobre sua aparente depressão com uma psicóloga que a organização disponibilizava: seu filho tinha decidido ir morar com o pai, que nunca “deu a menor bola, mas agora apareceu cheio de presentes”. A Fabi, estudante e militante de esquerda, teria, meses depois, uma grande crise corporal-ideológica com a prostituição, que a levou a afastar-se um tempo da *batalha* e, depois, ao perceber que os ganhos de outros trabalhos não eram comparáveis nem lhe permitiam o tempo desejado para estudar, embarcou-a em maravilhosas reinvenções identitárias e performáticas (ela gerou uma personagem distante de si para ser a prostituta).

Por sua vez, a Ruiva construiu seu vínculo com o NEP após uma ofensiva violenta da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, através da Brigada Militar, contra as mulheres da rua Garibaldi em 2007. Elas procuraram a organização, como um claro aliado de proteção de direitos e de mediação política. Ela foi uma das mulheres mais ativas na mobilização e posteriormente permaneceu vinculada à organização. Naquele

ano a Ruiva recebeu de um velho cliente uma oferta de casamento, que incluía a moradia numa confortável casa da zona sul junto com o filho. Entre as mulheres do NEP, a opinião se dividia em se devia ou não: para algumas, como a Dete, era insuportável a idéia de casar. Devido à violência policial e à vinculação do irmão em negócios confusos, ela deu o sim. Claro, sem largar o NEP, espaço privilegiado de socialização, nem alguns poucos clientes fixos que, além dos seus próprios ingressos (bem muito prezados), ofereciam-lhe alguma diversão e prazer que no seu marido não encontrava.

No final de fevereiro de 2008, Soila me conta de uma nova relação com um homem, para a qual o nome “programa” fica curto, e “namoro”, grande (é o segundo ou terceiro homem com que se “vincula” após a separação do marido). Já Nilce e Dete vinham me contando essas histórias mais recentes de beijos roubados e amores sorridentes ora na rua, ora nas noites dos congressos e seminários dos movimentos sociais.

- Tem novo namorado, Sô?

- O Sérgio não é meu namorado, Miguel, é FI-CAN-TE!!!!, disse ela reforçando cada sílaba com um sorriso de orgulho.

Seja o que for que a paixão é, apaixonar-se e namorar se construíram desde a fuga do Mimoso como uma questão, carregada de impossibilidade, para Soila (Janete, contava uma história similar). Talvez como uma obrigação moral, dos tempos da sexualidade apaixonada, que ela não sabe bem como aceitar. Soila, que aprendia a ter sexo fora do casamento, a se mobilizar de ônibus e a negociar ou permear a rígida fronteira entre o sexo e o programa, encontrava-se com a limitação da paixão como complemento necessário para o sexo extraconjugal. Parecia naquele momento que Soila, na plenitude dos seus 43 anos, encontrava no juvenil “ficar” uma alternativa feliz e plausível para as vontades e possibilidades das suas emoções. Nunca isenta de tensões:

- Uma amiga me disse que isso que eu estou fazendo com o Sérgio [ficar] é bem legal, mas que não era pra ser hoje, que era coisa de quando eu tinha vinte anos.

Essas mudanças todas não vinham incrustadas como órgãos naturais nos corpos das moças mais novas, mas eram, claro, formas possíveis (obrigatórias?) de existência, disponíveis também para as mais velhas. E elas, então, foram aprendendo a reorganizar, a jogar (ou não) com o que haveria de mais ou menos novo no mundo, com relação às

suas possibilidades práticas e seus próprios limites¹⁶. Suas relações, seus grupos e redes, e os fios que as tecem, vão mais uma vez se reacomodando, mudando de cor, de posição.

Na relação com algumas dessas “novas” formas massificadas de sexualidades femininas (de maneiras sexuais de estabelecer relações), aparecem distâncias e disputas que, soem entender as mais velhas, poderiam colocar sua profissão em risco: “puta é quem dá de graça!” Puta era a filha da Dete quando era pega se beijando apaixonadamente com o namorado: uma adolescência oceanicamente distante da vivida por ela.

E não se trata só do âmbito do sexo e dos afetos; no campo laboral acontece de maneira semelhante. A massificação e ascensão simbólica de discursos sobre a administração dos ganhos, sobre o trabalho autônomo, sobre a mulher trabalhadora e bem sucedida, são também contemporâneos das moças mais novas. E ainda que na excitação da juventude e dos eflúvios de gozos, festas e dinheiros algumas se resistam a levar contas na ponta do lápis, a gerenciar estrategicamente seus corpos e a guardar para futuros menos firmes, parece-me que a lógica do “poder sobre a vida” lhes é mais fácil. Porém, o lugar em que me parece existir uma diferença fundamental dos tempos atuais com relação ao narrado dos anos 80 é na concepção da força de gravidade da prostituição: trabalho/vida totalitarista que para bem e para mal absorvia tudo ao redor. Pelo percebido nas quatro moças aqui apresentadas, e também na experiência atual das quatro mais velhas, a prostituição, enquanto trabalho, enquanto fonte de relações e prazeres, enquanto lócus identitário, é apenas uma opção entre várias alternáveis: docência, estudo, teatro, faxina, serviços gerais, vendas, casamento.

Eis então que em termos da configuração das redes políticas, das alianças das fundadoras do movimento com as prostitutas mais novas há uma enorme dificuldade e sempre fortes tensões. Entre o cassetete da polícia e a TV Xuxa. A distância desde a qual se olham, e desde a que olham para a prostituição (para seus corpos, para o dinheiro, para o prazer) às vezes parece grande demais. Se umas sentiram nos seus corpos fraturados e estuprados a necessidade irredutível de lutar e gritar e xingar e se coletivizar, as outras (a maioria delas) conhecem a violência policial apenas na memória do movimento ou nas ocasiões, tidas como excepcionais, em que acontece atualmente. Se nas primeiras, me parece, existia a rua pública e aberta, quase marginal, um tanto

¹⁶ No caminho de Sahlins (1997), por exemplo, poderíamos entender isso como uma “indigenização” da modernidade, das transformações, do contato.

caótica ou anárquica como um ganho, nas segundas o ganho é a privatização, quase reclusa, organizada e *clean* dos “privês”.

Se para as da geração anterior “assumir-se” prostituta, traço de identidade usualmente negativo, pode decorrer de uma experiência total nesse campo, e se traduz como pedra “fundacional” da mobilização política, para as outras, para muitas das outras, resulta na contramão da experiência corporificada, da biografia. Elas são tão prostitutas quanto estudantes, vendedoras, bailarinas, “ficantes”, noivas, cristãs, acompanhantes, garotas de programa, filhas de alguém e mães de alguém. Se umas são protagonistas da mais recente época dourada na mobilização social e política no Brasil (o final da ditadura), as outras fazem parte de uma geração, de uma época, para a qual “a” Política é mais razão de desencantos do que de esperanças.

Tudo isso se faz presente nos espaços de encontro promovidos pela ONG. Assim mesmo, nos dois últimos encontros nacionais da RBP, claras diferenças de corte geracional têm aparecido. Aspectos como os antes descritos geram tensões, mas também revitalizam as discursividades, possibilidades e alianças do movimento. A angústia maior das lideranças mais velhas é a dificuldade de encontrar jovens “engajadas” que “assumam a profissão e a liderança”: transição geracional.

Familiarização, individuação e, de novo, as famílias: uma prostituição familiarizante?

Como é evidente, construo e contraponho duas fotos, duas montagens, quiçá forçando em alguns momentos o “exposímetro” para melhorar o contraste. Como é evidente, faço um esforço de diferenciação, antes que de igualação e continuidades, para a compreensão do campo, inspirado nas observações e sensações vividas durante meu trabalho de campo. Peço desculpas pela taxonomia e pelos enquadres, que sempre deixam um mundo fora da lente.

De uma família conjugal que no tempo e na imaginação eram condição necessária à prostituição, família que por regra seria monodomiciliar, monoândrica, poligínica e poligâmica com um eixo masculino baseado, como vimos, no amor, na sedução marital, na violência e na dialética da ameaça/segurança... as quatro mulheres protagonistas da minha tese transitaram para famílias ora unipessoais, como o caso da Soila, ora chefiadas por mulheres que não esperavam mais um marido chegar, baseadas no vínculo materno, fosse consangüíneo ou não (como no caso da Dete)....

Se nos usarmos da criação foucaultiana sobre “aliança” e “sexualidade” enquanto formas diferentes de produção dos prazeres, dos corpos, dos poderes e das relações, e se nos usarmos das idéias antropológicas sobre produção de parentes e de família (Lévi-Strauss, 2008; Strathern, 2006; Viveiros de Castro, 2002; Fausto, 2000; Fonseca, 2003; Carsten, 2004), veremos transformações interessantes nas redes e na própria idéia/prática da prostituição. De uma premissa que tentava colocar a família conjugal (ser mulher de família: esposa de) e a produtividade no centro do sistema moral/corporal das relações (“aliança” (Foucault, 1988))... vem se transitando a uma premissa política, germinal, de “autonomia” feminina/profissional que ainda mantém na imagem da provedora um lugar sagrado na desculpa moral pública e nas suas possibilidade de demiúrgica social¹⁷.

Um sistema trabalhista totalizante fundado na indiscutibilidade do risco, que fundia afetos, casamentos, sexo e produção sob o governo legitimador (ou as tentativas violentas de sê-lo) do marido/patrão... abre uma fresta para discutir o indiscutível, separando âmbitos afetivos de sexuais e de trabalhistas e fazendo ao menos imaginável a vida sem estigma. Simultaneamente, a mulher-indivíduo cresce como paradigma a ser conquistado. De um sistema de relações sociais no qual as mulheres eram intensamente policiadas para não transformar clientes em amigos nem, muito menos, em amantes, nem para construir vínculos especialmente fortes com suas colegas (o que é coerente com o discurso da violenta concorrência por pontos, clientes e maridos)... transita-se, com firmeza, a um universo de prostituição que precisa cada vez menos do controle e da vigilância soberana do marido e do policial. Um universo de auto-regulamentação intensiva, de “zonas de tolerância simbólicas” (Olivar, 2010), incorporadas, re-territorializadas. Uma lógica de privatização e de vontades de industrialização (mesmo que autogerida), na qual, aparentemente, as fronteiras entre clientes, amigos e amantes podem se fazer baixinhas ou porosas (no segredo inconfessável), e as relações de afinidade, de amizade e de solidariedade entre mulheres se afirmam.

¹⁷ É interessante ver que tomando como núcleo existencial analítico *o programa*, o peso fundamental nos processos de corporificação e criação de práticas e valores era nas falas dos anos 80 a relação conjugal. Já na hora de evadir o estigma, perante próprios, alheios e espelhos, a desculpa do sustento dos filhos, do trabalho honesto e da pobreza funcionam melhor. Por outro lado, num seminário sobre Trânsitos internacionais e Mercado do Sexo organizado pelo Núcleo PAGU/UNICAMP nos dias 15 e 16 de dezembro de 2010, mostraram-se experiências de moças e de travestis cujos corpos de parentes (pais, tios, primos, irmãos, cunhados) eram alimentados e fortalecidos a partir da distribuição dos ganhos na prostituição.

“O programa” é um pequeno ato-motor que movimenta redes inteiras e complexas. Um especial “âmbito de eficácia” feito corpo-agente, em palavras de Strathern (2006), no qual, na microscópica imaginação das perspectivas que ali se encontram numa cama ou no sistema de ações práticas que o antecedem e o desdobram, pode-se ver respirando, criando-se, um grupo social. E uma idéia. A prostituição.

O encontro entre uma pessoa-cliente e uma pessoa-prostituta (ainda que na lealdade ao meu campo empírico deveria dizer entre um homem e uma mulher) para ter aquilo que, pelo menos a primeira chamará de sexo e da qual a segunda poderia ser profissional mas não chamar igual, na mediação do dinheiro ou de algum outro benefício, e sob a vigilância da relativa explicitação do acordo, é o evento mínimo que materializa a prostituição. A prostituição nome, categoria, trabalho, objeto que sentimos a necessidade de definir.

Atores-redes que se agrupam (*assembling*) e logo se desagrupam¹⁸ na temporalidade e materialidade dos dois corpos específicos, mas cuja duradoura fidelidade e coesão imaginária, sem rosto nem nome, garantem a existência da relação (trabalho, prática, negócio, mercado...).

“O programa” atualiza um sistema de relações que, claro, tem nele uma das suas razões explicativas. A prostituição não é apenas uma prática que aconteça entre uma mulher exótica e um homem clandestino. A prostituição implica a participação diferenciada de um sistema variado de pessoas, um conjunto de relações diversas; do mesmo modo que existe só como inflexão temporária de sistemas de idéias (morais, sexuais, de gênero, de cidade, entre outras)¹⁹. Que relações são essas? Quais os estatutos, razões, formas dos tecidos que conformam tais grupos?

Antecipações conceituais e a criminalização de redes, práticas e relações.

Hoje é quase uma constante nos trabalhos sobre prostituição ou sobre mercado do sexo no Brasil a idéia da interseccionalidade ou super conectividade das transações

¹⁸ Latour (2008) chamará a atenção sobre a não essencialização do social, dos grupos sociais; isto é, nem sobre o seu objeto, nem sobre a sua estabilidade, nem sobre a natureza dos atores: é neste sentido que pretendo entender as redes, provocado pela Nilce na sua relação com a Princesa Isabel. Por outro lado, a idéia do ator-rede por ele re-apresentada, aproxima-se da lógica stratheriana das pessoas (objetos, imagens) como corporificação de sistemas de relações (Strathern, 2006; Gell, 1999).

¹⁹ Afirimo que a idéia de família, como pedra central na moralidade social de um contexto como o brasileiro, e com muitas das diversidades e transformações que parece estar tendo, é caminho de efetuação e contra-efetuação da prostituição. Assim como Gregori encontra a existência de um erotismo politicamente correto focado na consolidação de certos formatos de família, também desde os temas do “mal necessário” a relação da prostituição com “a família” parece de mútua dependência.

praticadas. Isto é, a prática da prostituição, por exemplo, só é pensável como inserida em maiores sistemas/mercados econômicos, laborais, eróticos, afetivos, matrimoniais, mediáticos; de migração e turismo, de entretenimento, de produção de corpos, de parentesco... de gênero.

Um dos objetivos da pesquisa que se transformou na minha tese doutoral era tentar entender qual era “a natureza” (ou naturezas) da relação prostituição. Inspirado em Strathern, que nos exige sair da tautologia da “dominação masculina” e explicar a natureza dessas relações de gênero (Strathern, 2006: 110), e sentindo que a maioria das produções sobre prostituição esbarravam na normalização via eliminação das diferenças, tentei encontrar nos meus dados de campo pistas que me indicassem que sentido prático, que sentidos morais, que memórias, que transformações e que ações eram detonadas por, relacionadas (*related*) com o nome prostituição... nas prostitutas. Em certas prostitutas que conheci, mas também no clima, no espírito das suas movimentações políticas no Brasil.

Na contramão dessas propostas, para algumas linhas feministas, e hoje em dia para os discursos anti-tráfico e anti-exploração sexual, a prostituição é ontologicamente exploração. O que é exploração sexual ninguém respondeu claramente, mas o nome leva à memória da opressão, da pior opressão: aquela que conjuga classe, gênero, raça/cor, geração e hemisfério. A indignidade seria a natureza ontológica dessa relação que chega ao seu êxtase na alegoria do turista branco, italiano, velho, grande, gordo e rico, pagando por uma mulatinha adolescente e pobre do interior do Brasil²⁰.

Por caminhos diferentes e difíceis de seguir, mas que têm um momento definitivo na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, no ano 1949, essa lógica da relação dominou, e domina até hoje, a concepção legal mais liberal e contemporânea de prostituição. O espírito de abolição da prostituição se expandiu fortemente pelas legislações do mundo e a visão de um grupo se transformou em lei. Então redes inteiras de ajuda, de amizade, de trabalho, de sociabilidades (com suas belezas, seus gozos, seus abusos e suas violências), assim como práticas corporais, relações e razões de troca, foram transformadas em crime e em indignidade. A produção de uma sexualidade feminina que, gozada ou não gozada, não

²⁰ A idéia final, limite explicativo, da DIGNIDADE é visível perfeitamente na Sentença T-629/10 da Corte Constitucional da Colômbia (Olivar, 2010b), assim como em alguns discursos da Marcha de Mulheres (Correa e Olivar, 2010) e numa recente proposta de modificação legal que transita no Congresso Nacional brasileiro. Em todos os casos, a prostituição como violação da dignidade das mulheres é dada *a priori*, sem nenhuma explicação ou “prova” filosófica nem antropológica.

poderia jamais se transformar em bem trocável por dinheiro, em bem explicitamente negociável, calculável, separável da sua natureza natural, ideológica ou sagrada... a produção de uma atividade corporal, com as partes, órgãos e movimentos que implica, essencializada como indiscutida e naturalmente²¹ diferente de outras.... esse sexo sagrado e ameaçado (ou já manchado), essa dignidade feminina violentada pela miséria e pela brutalidade masculina. A vagina “comprada” tomou conta do universo completo de idéias, relações, redes, tensões e prazeres que se tecem no nome prostituição.

Como a exploração enquanto ontologia é indiscutível e se constitui em ponto de vista zero (Deus não se interroga), qualquer forma ou experiência empírica será uma violação à dignidade humana da mulher prostituta... e como a relação é criminalizada, qualquer vínculo será conivência, cumplicidade ou agressão. Ninguém que saia da sua cidade para se prostituir escapa do tráfico segundo o Código Penal, pois ninguém nunca fez nada na absoluta solidão do ermitão. Ninguém que saiba, sugira, ajude ou guarde silêncio sobre esses deslocamentos para oferecer serviços sexuais estará livre de ser chamado ao júri no caso dessa lógica legal triunfar. A luta contra o tráfico e a difusão do nome “exploração” tem ido evidentemente de mãos dadas, e a sua eficácia política se evidencia na mudança do Código Penal: em 2009 à palavra prostituição se juntou “ou exploração sexual” para tipificar os crimes.

O Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, do ano 2000, tenta relativizar, tenta abrir alguma brecha para a vontade, o desejo, a autonomia, mas é curta demais e as tensões imagináveis do lobby político se traduzem em uma perigosa ambigüidade: “condições de vulnerabilidade”. Qualquer um que, perante os olhos da Verdade, esteja em condições de vulnerabilidade, e tenha se articulado na transnacionalização da prostituição ou de outras formas de sexos e afetos transacionais, poderia ser tratado como uma vítima de tráfico e, assim, sua rede perseguida por um crime transnacional. Quem não está em condições de vulnerabilidade perante o purpúreo poder de um juiz ou de um desembargador? Imaginemos então às mulheres, pobres, escuras, índias, jovens e sonhadoras emotivas... (alguém pensa como vulneráveis os homens fortes, *bombadões* e calculistas que nas praias do nordeste ou nos arcos da Lapa “caçam gringas”?)

²¹ No texto da Sentença T-629 de 2010 da Corte Constitucional da Colômbia, o argumento da prostituição como vulneração da dignidade está no fundo da totalidade do conjunto argumentativo. Tal afirmação não é, em nenhum momento do texto, sustentada filosófica ou sócio-antropologicamente, apenas é dada. O conceito é antecipado a qualquer sorte de prática ou reflexão. Não é preciso dizer como, por quê, sob quais condições, é INDIGNA, do mesmo jeito que não é preciso enunciar dado empírico algum.

A vulnerabilidade, então, pensada como uma noção para aumentar os sistemas de proteção e garantia de direitos, se volta contra seus “beneficiários” e se transforma em mais uma arma de segregação e perseguição social e política.

A vulva vendida, enganada, explorada, traficada, se transforma na condição *default* da mulher prostituta, da mulher migrante. Antes órgão, é agora um organismo orientador de universos de relações.... que, quando olhados na intensidade das suas práticas cotidianas, desbordam quilometricamente qualquer tentativa de taxonomização, de vitimização e de estagnação. A relação prostituição, e o intrincado das suas redes, desde essa perspectiva, se limita à relação de um mundo perverso com uma vagina inocente e burra.

Reconversão abolicionista.

Falando na prostituição, o abolicionismo é a força que busca erradicar essa prática. Abolicionista foi também o nome do movimento, do arrazoadado, que lutou pela erradicação da escravidão e que no Brasil se fez lei em 1888. Erradicar é a palavra que usa, em 1949, o Sistema de Nações Unidas na convenção seminal vinculada à prostituição... descrita com escravidão sexual, aliás. Conta Pereira (2005) que o espírito abolicionista da prostituição no Brasil conecta-se historicamente com esses anos.

Nilce, a prostituta, a não-escrava, a não-explorada, a digníssima Nilce, cem anos depois e algemada num banco da Praça da Alfândega, invoca a mão firme de Isabel, a Princesa, que assina para sempre a Lei Áurea. Fazia dela sua esperança, sua irmã. Reconversão do abolicionismo: conexão cortesã. Abolicionismo, entenderia Nilce, seria abolir a violência brutal e coerciva contra um grupo de seres humanos, seria abolir a lógica que lhes impede ser em liberdade.

Jamais o trabalho de alguém. As decisões e prazeres de ninguém, por mais “alienada” e “inconsciente” que essa alguém possa estar. Isso seria totalitarismo. Ainda que ela, certamente não usaria essa palavra, mas quiçá desrespeito, abuso, ditadura. Nunca passou pela cabeça da Nilce, a prostituta, que Isabel, a Princesa, fosse usada também para inspirar uma onda de violência contra elas e as suas amigas.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

- CARSTEN, J. *After kinship*. Cambridge: University Press, 2004.
- COMAROFF, J. e COMAROFF, J. L. “Law and disorder in the postcolony: An introduction”. In: COMAROFF, J. and COMAROFF, J. L. (ed.) *Law and disorder in the postcolony*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- CORREA, S. e OLIVAR, J. M. “The politics of prostitution in Brazil between ‘state neutrality’ and ‘feminist troubles’”. Mimeo, 2010.
- FAUSTO, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FONSECA, Claudia. “De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a ‘transpolinização’ entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. In: *Revista Ilha*, vol.5, n.2. Florianópolis: UFSC, 2003. p 5-32.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graa, 1988.
- GELL, Alfred. “Strathernograms, or, the semiotics of mixed metaphors”. In: Alfred Gell. *The art of anthropology: essays and diagrams*. London: The Athlone press, 1999. p. 29 -75.
- GUATTARI, Felix. “Devir mulher”. Guattari. In: *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 34-37.
- JARDIM, Maria de L. e BARCELLOS, Tanya. “Mobilidade populacional da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90”. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol. 19, nº 4, out./dez, 2005. p. 78-95.
- LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LÉVI STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OLIVAR, José Miguel. “Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina [Sexo, Gênero e Família. Pela vereda de uma prostituição beligerante: região central de Porto Alegre, anos 80]”. Trabalho apresentado no GT 36 - Sexualidade, corpo e gênero - 33ª reunião da ANPOCS. Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2009.
- OLIVAR, José Miguel. *Guerras, trânsito e apropriações: políticas da prostituição de rua a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, NUPACS, UFRGS, 2010.
- OLIVAR, José Miguel. “Trabajo sexual, entre derechos laborales y condenas morales: comentario sobre la Sentencia T-629 de 2010 de la Corte Constitucional de Colombia”. Sexuality Policy Watch, 2010b. <http://www.sxpolitics.org/es/?p=1468> (consulta 13/1/11)
- PEREIRA, Cristina. “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX”. In: *Cadernos Pagu*, vol. 25. Campinas: Unicamp, 2005. p. 25-54.
- PESAVENTO, Sandra (Coord). *Memória de Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS e Prefeitura Municipal, 1991.
- PIMENTA, Cristina et al.. *Sexuality and Development: Brazilian national response to HIV/AIDS among sex workers. Study Report*. Rio de Janeiro: ABIA/IDS, 2010. Disponível: http://www.sxpolitics.org/wp-content/uploads/2009/02/sexuality-and-development_final.pdf (consulta 13/01/11).
- PISCITELLI, Adriana. “Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial”. In: *Revista Horizontes Antropológicos*, ano 15, nº 31, jan./jun. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 101-136.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- TEDESCO, Letícia. *Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS-NACI/UFRGS, 2008.
- SAHLINS, Marshall. “O pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção”. In: *Revista Mana*, vol. 3, nº1. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997b. p.41-73.
- SIMÕES, Soraya. *Vila Mimosa II: a construção do novo conceito de ‘zona’*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF. Niterói, 2003.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O problema da afinidade na Amazônia” e “Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena”. In: Viveiros de Castro. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 87-180; 345-400.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.